

---

## Passada a artilharia

TARSO GENRO

Artigo publicado no jornal Folha de SP – 3/3/2005

A falta de moderação de alguns articulistas após a publicação, para debate, da "versão preliminar do anteprojeto" da reforma do ensino superior demonstra como ainda carecemos de um espírito democrático que se sobreponha às intolerâncias ideológicas da "Guerra Fria", ainda muito quente na cabeça de alguns vigilantes da história.

---

***Uma reforma do ensino superior não  
pode ser substituída por um plano  
estratégico de desenvolvimento***

---

Quem leu aquelas manifestações foi enganado, pois é chamado a "ser contra" não sabendo qual é a proposta do MEC. Também poderá pensar que o anteprojeto quer acolher, na universidade, pobres e negros sem aferição de preparo. Quem as leu também será induzido a pensar que a reforma pretende "subordinar" as universidades ao MEC, ao invés de lhes afirmar a autonomia. E ainda que a reforma acabaria com as instituições privadas, propondo normas destinadas a rebaixar a qualidade do ensino superior.

Felizmente duas revistas e dois grandes jornais do país -dentre eles este jornal-, depois do primeiro impacto da artilharia anti-reforma, passaram a publicar resumos do seu conteúdo.

SBPC, Academia Brasileira de Ciências, Andifes, CNTE, Une, Fasubra, Ubes, Confederação Nacional da Indústria, OAB, Crub, centrais sindicais e outras instituições públicas e privadas fizeram sugestões pertinentes. Várias delas serão incorporadas na próxima versão do anteprojeto -ainda para discussão-, pois são coerentes com o sentido estratégico da reforma: a busca da qualidade, a ampliação do acesso, a expansão da universidade pública, marcos regulatórios claros para o exercício da "livre iniciativa" (enquadrada nos conceitos de educação como bem público essencial) e para a afirmação da autonomia universitária com um melhor e mais flexível financiamento. Esses objetivos não exigem menos, porém mais, qualidade racionalizada. Não extinguem o sentido de "elite" (intelectual, científica, técnica) da universidade, mas buscam que essas elites sejam também integradas pelas classes subalternas. Não extinguem o mérito, mas aproveitam a capacidade extraordinária de superação que têm "os de baixo" para alcançá-lo. Não extinguem a autonomia, mas a reforçam, tanto econômica como administrativamente. Não agridem o ensino privado, mas pactuam com ele novas formas de convívio dentro das regras constitucionais vigentes. Quero lembrar quatro pontos que, além de outros, devem ser alvo de debate para

qualificar a reforma. Estes eixos, conectados a uma melhoria substancial de qualidade no ensino fundamental e médio, a partir de um novo fundo de financiamento (o Fundeb), serão decisivos para uma reforma que dê um bom "passo adiante". O primeiro ponto é a questão da qualidade. Pela primeira vez a universidade brasileira, que já tem um sistema de avaliação complexo (que poderá ser aprimorado na própria reforma), terá a obrigação de, de cinco em cinco anos, apresentar um Plano de Desenvolvimento Institucional. As instituições federais de ensino superior também só obterão recursos especiais se apresentarem bons projetos para qualidade e expansão. Todas deverão ter no seu quadro, como professores, um número mínimo de doutores e mestres.

Outro ponto é questão do mérito. A universidade é um local de formação de elites culturais, científicas, filosóficas e técnicas, porém isso não pode ser confundido com a sua elitização "classista". O que o projeto pretende é abrir espaços, na formação dessas elites, para grupos que historicamente estiveram sempre fora delas. A proposta do MEC não revoga o mérito, exige aferição para ingresso, respeita a autonomia para processá-lo e propõe dois anos de formação geral para permitir uma equalização no processo de formação e dar mais tempo, se o aluno quiser, para a escolha da sua profissão.

Há também a questão da interferência da comunidade. O conselho social proposto não só não tem poder normativo, como sua formação e regulação serão decididas no âmbito da autonomia da universidade, pelo colegiado interno, onde os docentes são maioria. Logo, o conselho não ameaça a autonomia, mas deriva dela, tornando transparentes relações que já existem -aliás, de uma forma nem sempre conhecida pela sociedade e pela comunidade da própria universidade. Por fim, o projeto pretende melhorar o financiamento da universidade pública e garantir mais flexibilidade administrativa para gerir os recursos repassados, cuja prestação de contas será feita à própria comunidade universitária. A idéia é reverter o ciclo de esvaziamento financeiro a que ela foi submetida, principalmente nos últimos dez anos, e agilizar as relações da universidade com seu entorno social e produtivo. Uma reforma não pode ser substituída por um "plano estratégico de desenvolvimento", que de resto nenhuma instituição pública ou privada está impedida de executar. Mas esse plano será mais eficaz se ele derivar de uma reforma que articule um sistema que, sem revogar o que já existe de positivo, dê um forte passo adiante para colocar nosso ensino superior num novo patamar de qualidade e abrangência social.

---

**Tarso Genro**, 57, advogado, é o ministro da Educação ([www.mec.gov.br/reforma](http://www.mec.gov.br/reforma)).

Uma reforma do ensino superior não pode ser substituída por um plano estratégico de desenvolvimento